

PUBLICIDADE LEGAL

SLC PARTICIPAÇÕES S.A.
 CNPJ nº 90.522.921/0001-07
 NIRE 43300028283
 Ata de Assembleia Geral Ordinária
 (Sumário, conforme parágrafo 1º do artigo 130 da Lei 6.404/76)

1. DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: Realizada aos 11 (onze) dias do mês de maio de 2026, às 08h00min na sede social, na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Dr. Nilo Peçanha, 2900, 14º andar. **2. CONVOCAÇÃO:** Convocada mediante publicação de edital de primeira convocação no Jornal do Comércio - 2º Caderno, nas edições dos dias 28, 29 e 30 de abril de 2026. **3. ORDEM DO DIA:** a) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos. **4. PRESENCAS:** Acionistas representando mais de dois terços do capital social com direito a voto, constituindo, assim, o quórum legal para aprovação das matérias constantes da ordem do dia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas, bem como o representante dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S/S, o Sr. Vicente De Giacomo Pias. **5. ABERTURA, INSTALAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA MESA:** Aberta e instalada a Assembleia Geral pelo Diretor-Presidente, foram eleitos, como Presidente e Secretário, respectivamente, o Sr. Eduardo Silva Logemann e o Sr Jorge Luiz Silva Logemann. O Sr. Presidente, abrindo os trabalhos, procedeu à leitura da ordem do dia, submetendo-a em seguida à discussão e votação dos presentes. **6. DELIBERAÇÕES:** Foram, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, nas matérias em que assim se faz necessário, tomadas por unanimidade de votos as seguintes deliberações: a) Aprovados por unanimidade o Relatório da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, documentos estes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, já publicados na forma legal. b) Aprovado por unanimidade o resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 212.465.743,13 (duzentos e doze milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e treze centavos), com a seguinte destinação: b.1) R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) para pagamento de dividendos, já pagos no exercício de 2025; b.2) R\$ 92.465.743,13 (noventa e dois milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e treze centavos), para a conta de Reserva de Lucros a Realizar; e b.3) Deixa de ser destinado o valor para a Reserva Legal, face ter atingido o limite do artigo 193 da Lei 6.404/76. **7. ENCERRAMENTO:** o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, não havendo manifestação, deu por encerrada a Assembleia, da qual se lavrou ao presente Ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos facultados pelo artigo 130, §1º, da Lei 6.404/76. Em seguida, a Ata, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada. Presidente - Eduardo Silva Logemann; Secretário - Jorge Luiz Silva Logemann; p. BADEN BADEN PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA. - pp PAULO ROBERTO KRUSE; p. BLAUTOPF PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA. - Jorge Luiz Silva Logemann; p. BREMEN PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA. - pp PAULO ROBERTO KRUSE.; p. FRANKFURT PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA. - pp PAULO ROBERTO KRUSE; p. LEIPZIG PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS LTDA. - Eduardo Silva Logemann.- ACIONISTAS. **AUTENTICAÇÃO:** Declaramos que a presente é cópia fiel da original lavrada no Livro próprio, bem como são autênticas as assinaturas do item anterior, pois foram apostas em nossa presença. **Porto Alegre, 11 de maio de 2026.** Presidente da Assembleia **Eduardo Silva Logemann;** Secretário da Assembleia **Jorge Luiz Silva Logemann.** Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11756197 em 15/05/2026 da Empresa SLC PARTICIPAÇÕES S.A, CNPJ 90522921000107 e protocolo 261904710 - 14/05/2026. Autenticação: 1D7882F69EB032ECFF788B8176C83C72EFA90. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 26190.471-0 e o código de segurança XR2x Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 15/05/2026 por José Tadeu Jacoby Secretário-Geral.

Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS

**PUBLICIDADE LEGAL
 TEM DATA E LOCAL CERTO
 PARA SER PUBLICADA**

**O 2º Caderno é publicado diariamente
 no digital e no impresso.**

Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.



Acesse o QR Code e anuncie no JC



- // Tradição
- // Credibilidade
- // Tecnologia

Siga nossas redes sociais:

Baixe o App:

PUBLICIDADE LEGAL



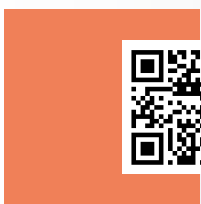
BRDE - BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025
EXTRATO DO EDITAL Nº 15/2026 - HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO - CARGOS DE ANALISTA

O BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, torna público, por este Extrato, a Homologação do Resultado Final para os cargos de Analista de Projetos - Administrador, Analista de Projetos - Agronomia, Analista de Projetos - Contador, Analista de Projetos - Direito, Analista de Projetos - Economista, Analista de Projetos - Engenharia (Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico), Analista de Sistemas - Subárea Ciência de Dados, Analista de Sistemas - Subárea Desenvolvimento de Sistemas, Analista de Sistemas - Subárea Suporte e Analista de Sistemas - Subárea Administração de Banco de Dados do Concurso Público nº 01/2025, em conformidade com o respectivo Edital de Abertura e suas alterações. O Edital de Homologação do Resultado Final, contendo as classificações dos candidatos, está disponibilizado, na íntegra, no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br.

Porto Alegre, 21 de maio de 2026. **Heraldo Alves das Neves - Diretor Administrativo**

Com visual dinâmico e navegação intuitiva, ficou mais fácil se informar.



Baixe já o app do JC.



Siga nossas redes sociais: [f](#) [@](#) [X](#) [d](#) [v](#) [in](#)

PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 4330002799 COMPANHIA ABERTA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, Hora e Local: Realizada em 05 de maio de 2026 às 10:00 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente virtual, por vídeo conferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Mesa:** A reunião foi convocada tempestivamente, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia e presidida por Péricles Druck. **3. Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração dos meios de publicação dos atos societários da Companhia, nos termos do artigo 289 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."); (ii) a alteração dos meios de divulgação de Atos e Fatos Relevantes, nos termos da Resolução CVM 44/21 e demais regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários; e (iii) a atualização da Política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes da Companhia. **5. Deliberação:** **5.1. Alteração dos meios de publicação – Lei das S.A.** Os Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a alteração do veículo de imprensa para fins de publicações legais da Companhia, nos termos do artigo 289 da Lei das S.A., passando tais publicações a serem realizadas apenas no "Jornal do Comércio do RS", em formato resumido, com divulgação simultânea na íntegra no portal eletrônico do referido jornal, disponível em www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/, sendo descontinuadas as publicações no jornal "Valor Econômico". **5.2. Alteração dos meios de divulgação de Atos e Fatos Relevantes** Os Conselheiros aprovaram a alteração do portal de notícias para a divulgação de Atos e Fatos Relevantes, os quais passarão a ser realizados no portal eletrônico "MZ", disponível em www.mzgroup.com.br/fatos-relevantes/. As divulgações de Atos e Fatos Relevantes continuarão sendo realizadas no: (a) sistema eletrônico disponibilizado pela Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/>); (b) do website de Relações com Investidores da Companhia (www.irani.com.br/ri/). As divulgações feitas pela Companhia continuarão observando os requisitos de simultaneidade, ampla disseminação e acesso equitativo previstos na regulamentação vigente. **5.3. Atualização da Política de Divulgação** Em linha com a deliberação 5.2 acima, os Conselheiros aprovaram a atualização da Política de Divulgação e Uso de Informações de Atos e Fatos Relevantes da Companhia, a fim de refletir os canais atualizados para divulgação de informações relevantes, conforme anexo da presente ata. A versão consolidada da Política entrará em vigor na data de sua divulgação e deverá ser disponibilizada no website de Relações com Investidores da Companhia, bem como arquivada nos sistemas da CVM, conforme aplicável. **5.4. Providências e Autorizações** A Administração da Companhia fica autorizada a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando a: (a) formalização de eventuais contratos com os referidos veículos de publicação; (b) divulgação de Aviso aos Acionistas sobre a alteração dos meios de publicação; (c) divulgação, pela Diretoria de Relações com Investidores, de comunicado ao mercado ou fato relevante; e (d) atualização de documentos societários e registros junto aos órgãos competentes. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Souto) **7. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, RS, 05 de maio de 2026. Péricles Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11751546 em 11/05/2026 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 261827235 - 10/05/2026. Autenticação: B4D3DDAD50C25D8F99EFCFD44F3AA0F9709D274. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, Hora e Local: Realizada em 04 de maio de 2026 às 10:15 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente virtual, por videoconferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Mesa:** A reunião foi convocada tempestivamente, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia e presidida por Péricles Druck. **3. Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a destinação de participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2026. **5. Deliberação:** Aprovar, por unanimidade dos presentes, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social, autorizar "ad referendum da Assembleia" a destinação de Participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras do 1T26 da Companhia, no montante de R\$ 2.157.289,18 (dois milhões, cento e cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e nove reais e dezoito centavos). **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Souto). **7. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 04 de maio de 2026. Péricles Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11754817 em 13/05/2026 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 261852337 - 12/05/2026. Autenticação: B0A2C96D99DE31B3CDF17EEF2F8EEEA8E1F5898. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, Hora e Local: Realizada em 04 de maio de 2026 às 10:00 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente virtual, por vídeo conferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Mesa:** A reunião foi convocada tempestivamente, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia e presidida por Péricles Druck. **3. Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos intercalares, com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2026. **5. Deliberação:** O Conselho de Administração, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de março de 2026 da Companhia, deliberou: i. Aprovar, "ad referendum" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 29, caput, do Estatuto Social, a distribuição de dividendos intercalares aos acionistas, no valor total de R\$ 5.170.387,00 (cinco milhões, cento e setenta mil, trezentos e oitenta e sete reais), correspondentes a R\$ 0,022431061 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 07 de maio de 2026 ("Dividendos Intercalares – 1º Trimestre"). Os Dividendos Intercalares – 1º Trimestre ora distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2026, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social; ii. Registrar que o montante dos Dividendos Intercalares – 1º Trimestre ora aprovados, perfazem 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2026, calculado de acordo com os artigos 22 a 29 do Estatuto Social e atende a "Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio" da Companhia; iii. Registrar que as ações de emissão da Companhia serão negociadas *exproventos* em relação aos Dividendos Intercalares – 1º Trimestre a partir de 08 de maio de 2026 (inclusive) e o pagamento aos Acionistas dos Dividendos Intercalares – 1T26, será realizado até 20 de maio de 2026. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Souto). **7. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 04 de maio de 2026. Péricles Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11751602 em 11/05/2026 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 261832514 - 10/05/2026. Autenticação: 46B0D750647AF6E9EA8A2FF8F9EA4E6B8EA966. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.



Informação de qualidade,
agora mais rápida e
intuitiva no app JC.



Escaneie
e baixe agora



Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS



Relatório da Administração

Senhores Acionistas e demais Partes Interessadas: Submetemos à apreciação dos Acionistas, Clientes, Fornecedores, Colaboradores, Parceiros, Instituições Financeiras e da Sociedade como um todo, o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da **TMSA - TECNOLOGIA EM MOVIMENTAÇÃO S.A.**, relativas ao exercício de 2025. **Mensagem da Administração** – O ano de 2025 foi marcado por um ambiente econômico global em deterioração, instável e repleto de incertezas. No cenário internacional, persistiram e se ampliaram guerras (de fato e comerciais), tensões geopolíticas, movimentos nacionalistas, protecionismo e fragmentação comercial – a partir da adoção de medidas tarifárias unilaterais e surpreendentemente elevadas por parte dos EUA que, naturalmente, interromperam cadeias de suprimentos e geraram retalições de seus parceiros comerciais, entre outros eventos que agravaram a volatilidade dos fluxos globais de comércio e investimentos, prejudicando o crescimento mundial. Contudo, não parece que a maior das perdas foi a de confiança: entre os países, nos organismos multilaterais e seus respectivos acordos, muitos dos quais foram e têm sido desprezados pelos “despotas” de plantão. Como consequência, maior volatilidade nos mercados, mantendo sob constante pressão o ambiente de negócios, ao longo de todo o exercício. Por fim, mas não menos importante, os elevados índices inflacionários e o endividamento crescente da maioria dos países – com cenários de persistente estagflação em vários deles – colocam à prova a capacidade de reação dos governos e seus respectivos bancos centrais. No Brasil, a economia apresentou crescimento moderado, com PIB de 2,3%, sustentado principalmente pela força do agronegócio e das indústrias extrativas. O mercado de trabalho manteve-se resiliente, com taxa de desemprego em níveis historicamente baixos, menos em função da pujança da economia e mais em razão da enorme quantidade de benefícios sociais, que reduzem a vontade e/ou necessidade de procura de emprego por parte de muitos brasileiros, além de potencializarem a informalidade. A inflação encerrou o ano próxima ao teto da meta, em 4,26%, acima do centro da meta, porém relativamente controlada e em trajetória descendente, ou seja, não é o principal problema. O “Calcanhar de Aquiles” segue sendo o desequilíbrio fiscal, decorrente do desenfreado aumento das despesas públicas, mesmo que mitigado pelo constante aumento da carga tributária. Como consequência, o Banco Central do Brasil vem praticando – ou impondo – a segunda maior taxa de juros reais do planeta (só perdemos para a Rússia, em guerra desde 2022), limitando investimentos, reduzindo a atividade econômica e mantendo o Brasil como o “paraíso dos rentistas”. Um ciclo vicioso. Entre as boas notícias, destaca-se o avanço da regulamentação da auspiciosa Reforma Tributária, cuja implementação de 2027 a 2032, deverá reduzir em aproximadamente 50% as ineficiências - o chamado “Custo Brasil” - da indústria de transformação. A formalização do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, após quase 30 anos, também é uma boa notícia para a economia como um todo. A grande estrela do ano, contudo, foi o mercado financeiro, que apresentou desempenho surpreendentemente positivo. Após um início de ano turbulento, o fluxo de capital estrangeiro retornou ao país, impulsionado pelo elevado diferencial de juros, pela estabilização das

expectativas inflacionárias e pelo aumento da percepção de risco nos EUA e em algumas outras economias desenvolvidas. Como resultado, o Ibovespa acumulou valorização superior a 30% no ano, renovando máximas históricas. Fazemos votos que estes recursos não sejam extemporâneos e que os investidores internacionais estejam realmente apostando em um novo elevador de crescimento no Brasil, em função de suas vantagens e potencial na produção de *commodities* – especialmente agrícolas, óleo & gás e minerais críticos - bem como a enorme necessidade e boas taxas de retorno a longo prazo, de investimentos em infraestrutura, em especial logística e energia. A TMSA, considerada empresa HALO (*Heavy Assets, Low Obsolescent*), como empresa inovadora, além de se beneficiar – e não ser ameaçada – pela onda de Inteligência Artificial, está muito bem-positionada para capturar as boas notícias e oportunidades acima referidas. Ainda assim, mais no curto prazo (2026), o sentimento é de cautela, em função do calendário eleitoral no Brasil, da altíssima taxa de juros reais e dos crescentes riscos globais. Graças à sua sólida condição financeira, à diversificação de sua atuação e à contínua inovação em produtos e modelos de negócio, a TMSA acredita ser capaz de “surfear” 2026 com níveis de receita e resultados semelhantes aos de 2025, prevendo novo ciclo de forte crescimento a partir de 2027. Segue, a seguir, um relato mais detalhado da situação de cada uma das Unidades de Negócio (UNs). A UN P&P, de Produtos e Serviços mais Padronizados, com forte atuação nos segmentos de armazenagem e agroindustrial, enfrentou mais um ano desafiador. Saudades de 2022, ano recorde para esta UN. A redução no EBITDA dos produtores de grãos, aliada aos altos custos de insumos, eventos climáticos adversos, maior restrição de crédito e altas taxas de juros, mantiveram impacto negativo sobre os resultados da UN. A venda de Secadores de Grãos apresentou redução significativa em relação ao ano de 2024, em função da queda na demanda do segmento de sementes, de novos produtos concorrentes e de práticas de subsídio na compra de pacotes. Já o setor de Pós-venda se manteve relativamente estável, em função de menor número de pedidos para o segmento portuário. Entre as boas notícias, destaque para o lançamento de inúmeros novos produtos que resultaram em importante aumento nas vendas de Máquinas de Pré-Limpeza e Limpeza, bem como de Transportadores e Elevadores de linha *Heavy Duty Industrial*, (re)lançada recentemente. No geral, houve retração no faturamento em relação ao ano anterior, porém aumento nas vendas em 2025, sem redução significativa de margens, o que indica que a UN P&P deverá manter resultados saudáveis em 2026, apesar do mercado desafiador e com níveis crescentes de concorrência. As UNs SC, de Soluções mais Customizadas, no global, mantiveram desempenho consistente ao longo de 2025, apoiadas na sólida carteira de pedidos formada nos exercícios anteriores e na execução disciplinada dos projetos em andamento. No Segmento de Mercado (SM) de Mineração (MI), apesar das dificuldades decorrentes da significativa queda de receita durante o ano de 2025, em parte decorrentes do término das obras vendidas no ciclo anterior (2023-2024), logramos a assinatura de vários pré-contratos de vulto e concluímos a aquisição da empresa INBRAS – Equipamentos Magnéticos e Vibratórios Ltda., especializada em soluções de separação e concentração magnética, além de outros equipamentos de movimentação de materiais e processos industriais. Com esse movimento estratégico, além de aumentar a receita consolidada, a TMSA ampliou seu portfólio de soluções de maior valor agregado e margem, bem como, sua resiliência contra crises, visto que aproximadamente 50% da receita da Inbras é oriunda de pós-venda e a TMSA poderá - no futuro próximo - entrar em outros segmentos sujeitos a ciclos

econômicos distintos dos demais UNs. Para a UN SC MI, 2026 será melhor que 2025 e 2027 será muito melhor que 2026. Já no Segmento de Terminais Portuários (TP) e Agroindústria (AI), tivemos forte crescimento de receita e vendas ao longo do exercício, a partir do bom momento que passa este nicho de mercado (recorde de investimentos) e alavancados pela posição de histórica liderança da TMSA (mais de 70% das exportações brasileiras de grãos sólidos do agronegócio brasileiro é movimentada por equipamentos fornecidos pela Companhia). Caso a TMSA consiga manter sua participação de mercado, teremos novos recordes de faturamento na UN SC MI TP/AI, neste próximo triênio. De forma consolidada, o desempenho da TMSA em 2025 refletiu a normalização da atividade de, após o patamar recorde alcançado em 2024, em um ambiente de mercado mais desafiador. A prolação de vários investimentos tidos como certos e dificuldades inesperadas e não recorrentes em dois grandes pedidos (um de cada UN SC) complementam a explicação das reduções abaixo tabuladas. Mesmo assim, destacamos que, em termos absolutos, os resultados obtidos são o segundo melhor desempenho da história da TMSA, evidenciando a substancial melhora operacional alcançada nos últimos anos.

Operacionais (em R\$ milhões)	2025	2024	Var. %	Índices	2025	2024
Receita Líquida	621,0	726,7	-14,5%	Margem Bruta	29,6%	30,0%
Lucro Bruto	184,2	217,7	-15,4%	Margem Líquida	13,0%	17,8%
EBITDA	116,2	163,5	-28,9%	Mg. EBITDA	18,7%	22,5%
EBITDA Aj. (*)	154,3	194,1	-20,5%	Mg. EBITDA Aj.	24,8%	26,7%
Lucro Líquido (**)	80,9	129,4	-34,4%	Liquidez Corrente	1,1	1,688
Ativo Total	413,6	388,4	6,5%	Liquidez Geral	0,9	1,53
Dívida Líquida	(138,7)	(55,7)	149,2%	Div. Lq./EBITDA Aj.	(0,3)	(0,3)

(*) Ebitda Ajustado = Ebitda (-) (Eventos não recorrentes (provisões de processos judiciais, baixa de estoque obsoleto e custos extemporâneos)).
(**) Lucro Líquido antes das Participações de Empregados

A performance da TMSA econômica e financeira destes últimos anos foi resultado da maturação de uma série de ações estratégicas, investimentos estruturais, aprimoramento contínuo de processos e, sobretudo, do comprometimento e da dedicação de nossa equipe, hoje composta por mais de 1.000 colaboradores. Em 2026, quando comemora 60 anos desde sua fundação, e nos anos subsequentes, aumenta o desafio e a responsabilidade das lideranças - e de toda equipe - na condução sustentável dos negócios. Felizmente, nossos elevados índices de aprovação nas pesquisas de satisfação interna (GPTW) e externa são bons indicadores de que estamos no caminho certo e que poderemos seguir contando com a confiança e a preferência de todos os *stakeholders*. A todos vocês que acreditaram e construíram a, agora, sexagenária TMSA, nosso MUITO OBRIGADO! Nota: “confiança” e “preferência”, ativos abundantes na TMSA, estão em falta no estranho mundo em que hoje vivemos. Que nosso exemplo ajude no resgate do que se perdeu. Com bons valores, seguimos firmes em nosso propósito de entregar resultados consistentes e taxas de crescimento pluriannual sustentável, gerando valor para todas as partes interessadas, sempre fiéis ao nosso propósito de “**movimentar o mundo**”, superando desafios com criatividade, tecnologia e de forma sustentável.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balancetes Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	Notas
		2025	2024		
Ativo Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	11.684	4.177	15.428	
Aplicações Financeiras	7	149.558	64.975	149.558	
Contas a Receber de Clientes	8	12.124	116.714	39.938	
Estoques	9	89.815	73.198	101.697	
Adiantamento a Fornecedores	16	12.980	17.240	14.756	
Tributos a Recuperar/Compensar	10	20.928	10.497	22.876	
Créditos a Funcionários		1.171	621	1.491	
Despesas Pagas Antecipadamente		3.038	2.387	3.044	
Total do Ativo Circulante		301.298	289.809	348.788	
Não Circulante					
Contas a Receber de Clientes	8	223	9.212	223	
Tributos a Recuperar/Compensar	10	1.233	3.795	9.852	
Imposto de Renda e Contrib. Social Diferido	19	3.176	5.538	3.176	
Aplicações Financeiras	7	514	811	514	
Depósitos Judiciais	11	1.607	2.255	1.885	
Realizável a Longo Prazo		6.753	21.611	15.650	
Investimentos	13	43.866	95	1.352	
Imobilizado	14	34.697	55.232	37.777	
Intangível	15	26.958	21.661	25.312	
Total do Ativo Não Circulante		105.520	76.988	64.441	
Total do Ativo		413.571	388.408	428.879	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)									
	Capital Social	Legal	Reservas de Lucros			Lucros (Prej.) Acumulados	Resultados Abrangentes		
			Reserva de Retenção de Lucros	Investimentos e Capital de Giro	Reserva de Reavaliação		Reserva de Incentivos Fiscais	Ajustes de Aval. Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	52.815	5.771				(0)			
Lucro Líquido do Exercício			922	39.594	2.794	122.291	3.675	106.901	122.291
Realização Reserva de Reavaliação					(256)	256			
Realização Impostos sobre Reavaliação					87				
Ajustes de conversão sobre investimentos exterior						219	(219)		
Realização da reserva do custo atribuído									74
Realização Imposto sobre o custo atribuído									74
Destinações Propostas a Assembleia Geral:									
Reserva Legal		4.792				(4.792)			
Reserva de Incentivos Fiscais				12.399		(12.399)			
Reserva para Investimentos e Capital de Giro						(105.575)		(44.035)	
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio			(922)	(43.113)					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.815	10.563	(0)	102.056	2.625	13.729	3.530	185.319	80.948
Lucro Líquido do Exercício					(309)	80.948	309	80.948	
Realização Reserva de Reavaliação					105				
Realização Impostos sobre Reavaliação									105
Ajustes de conversão sobre investimentos exterior							(4)	(4)	
Realização da reserva do custo atribuído						390	(390)		
Realização Imposto sobre o custo atribuído							133	133	
Destinações Propostas a Assembleia Geral:									
Reserva Legal		(3.858)							
Reserva de Incentivos Fiscais (Nota 22)				3.858					
Reserva para Investimentos e Capital de Giro						15.543	(15.543)		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio					66.105	(66.105)			
Impostos Diferidos sobre cisão dos imóveis					1.241		2.262	(153.716)	
Cisão dos Imóveis	(19.292)			(3.650)			(6.654)	(29.596)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	33.523	6.705	(0)	18.304	11	29.272	(1.122)	86.693	80.948

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A TMSA – Tecnologia em Movimentação S.A. (“Controladora” “TMSA” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de controle acionário nacional, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e atua por meio de suas controladas diretas e indiretas. A Controladora tem como atividade preponderante o projeto, a fabricação e a comercialização de máquinas, equipamentos e acessórios destinados à movimentação e ao processamento de grãos sólidos. A Companhia está presente no mercado há 60 anos, sendo reconhecida por sua destacada atuação nos segmentos de mineração, siderurgia, agronegócio, terminais portuários, fertilizantes e cimento. Em abril de 2025, a TMSA adquiriu 100% do capital social da INBRAS Indústria Brasileira de Equipamentos Magnéticos Ltda. (“INBRAS”), com o objetivo de ampliar seu portfólio tecnológico e fortalecer sua atuação em soluções voltadas à separação e concentração magnética, direcionadas a processos industriais mais eficientes e alinhados à descarbonização das cadeias produtivas. A INBRAS atua no desenvolvimento de soluções em separação magnética e concentração magnética, complementando o portfólio de negócios do Grupo. **2. Base da Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com os pronunciamentos, orientações e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, quando aplicável, em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB e adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e de suas controladas, nas quais detém, direta ou indiretamente, o controle, conforme definido pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido e deixam de ser consolidadas quando esse controle cessa. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos por parte da Administração para a mensuração de determinados ativos, passivos, receitas e despesas, incluindo provisões para contingências, tributos correntes e diferidos, valor recuperável de ativos (*impairment*), vida útil de ativos imobilizados e intangíveis, entre outras. Os resultados efetivos podem diferir das estimativas adotadas. **3. Base da Consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas do Grupo TMSA foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Em decorrência da aquisição da INBRAS em abril de 2025 e do exercício do controle integral, nos termos do CPC 36 (R3) / IFRS 10, Demonstrações Consolidadas, os ativos, passivos, receitas e despesas da Controlada passaram a ser consolidados integralmente nas demonstrações financeiras da Controladora a partir da data da aquisição. A consolidação é realizada mediante a eliminação dos saldos e transações entre as empresas do Grupo, bem como dos resultados não realizados, conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis. As demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 11 de março de 2026. **4. Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão definidas abaixo, as quais se aplicam a todos os exercícios apresentados: **4.1 Ativos Financeiros: Caixas e Equivalentes de Caixa** – Incluem caixa e contas bancárias. **Aplicações Financeiras** – Classificadas como títulos para negociação, cujo propósito é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, são títulos de alta liquidez apresentados inicialmente pelo valor de custo e ajustadas diariamente, pelo rendimento apurado *pro-rata-die*, em função do prazo da operação e valor de vencimento. Incluem os títulos e valores mobiliários, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. **Contas a Receber de clientes** – São avaliadas no momento inicial pelo valor presente. Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço. **Perda Estimada com Créditos** – Foi constituída com base na análise de riscos de crédito e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. **4.2 Estoques:** Estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos o custo estimado para realizar a venda) e o custo médio de produção ou o preço médio de aquisição. A Companhia custeia seus estoques por absorção. **4.3 Adiantamentos de Clientes e a Fornecedores:** São inerentes à atividade da Companhia em relação aos seus contratos que possuem cláusulas de adiantamento, pois se referem a projetos que, em sua maioria, são de longo prazo. Em relação aos adiantamentos de clientes, a cada evento contratual cumprido, torna-se direito efetivo liquidando contas a receber de clientes. O mesmo ocorre com adiantamentos a forne-

cedores que, ao cumprirem seus eventos, a obrigação torna-se efetiva liquidando contas a pagar. **4.4 Investimentos:** A Companhia classifica seus investimentos, avaliados por equivalência patrimonial e outros investimentos. O investimento em Companhias controlada é registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita/despesa operacional. **4.5 Imobilizado:** Os Ativos imobilizados da Companhia são reconhecidos ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, a partir da data que estes ativos se encontram disponíveis para uso pretendido pela administração, e são mensurados de acordo com a vida útil econômica às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11. **4.6 Intangível:** Compreendem os ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados: • Ativos intangíveis com vida útil definida: são mensurados pelo custo total de aquisição e o custo de produção menos as despesas de amortização. • Os ativos com vida útil indefinida não são amortizados e seus valores recuperáveis são testados anualmente pelo método de fluxo de caixa descontado. **4.7 Partes Relacionadas:** A empresa registra operações com partes relacionadas mensuradas a valor de mercado. **4.8 Passivos Financeiros: Empréstimos e Financiamentos** – Estão demonstrados pelos valores de contração, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. **4.9 Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **4.10 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos:** Os impostos de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados de acordo com a legislação tributária em vigor, através do regime de apuração do lucro real. O imposto de renda e contribuição social corrente é deduzido do benefício da Lei de Inovação Tecnológica limitado a base de cálculo do lucro real. O imposto de renda e contribuição social diferido é calculado pelas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos. Os ativos e passivos diferidos são revisados mensalmente, e calculados conforme adição e reversão, e tributados conforme sua realização. **4.11 Redução ao valor recuperável dos ativos:** Foi procedida uma análise com o objetivo de verificar a existência de indicação de que ativos da Companhia pudessem ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam contabilmente registrados por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **4.12 Reconhecimento da Receita:** As receitas e custos relacionados aos contratos foram apurados na data do balanço conforme o desenvolvimento de cada contrato específico, calculados com base na relação existente dos custos incorridos e os custos totais orçados reajustados e/ou revisados que são aplicados sobre a receita contratada. O reconhecimento da receita é efetuado concomitantemente, à transferência do risco ao cliente, com anuência, inclusive, de negociação de pleitos em andamento. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **4.13 Moeda funcional, moeda de apresentação e efeitos das variações cambiais:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço. Os itens não monetários, quando mensurados ao custo histórico, permanecem registrados pela taxa de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes da liquidação das transações e da conversão dos ativos e passivos monetários são reconhecidas no resultado do exercício, em conformidade com o IFRS – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (equivalente ao CPC 02 – R2). **4.14 Arrendamento:** A Controladora e suas Controladas avaliam no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado em um intervalo temporal em troca de contraprestações, classificando-as como “arrendamento”. **5. Gestão de Riscos Financeiro:** A Companhia participa de instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, mas não utiliza estes instrumentos financeiros para fins especulativos. O foco é otimizar as operações e proteger-se contra riscos inerentes ao negócio, como crédito, liquidez e variações de mercado (juros e câmbio). Reconhece-se a gestão de riscos financeiros como parte fundamental da estratégia, buscando proporcionar aos *stakeholders* uma visão transparente das ameaças e das medidas de mitigação adotadas. **5.1 Risco de Crédito:** A Companhia adota uma política de análise de crédito para conceder crédito aos seus clientes, monitorando continuamente a inadimplência. Para mitigar o risco de concentração, a Companhia acompanha de perto a distribuição de seus clientes, evitando a dependência excessiva de

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)					
Descrição	Notas	Controladora		Consolidado	Notas
		2025	2024		
Receita Operacional Líquida	23	621.604	726.748	682.838	
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	24	(424.619)	(509.025)	(445.005)	
Lucro Bruto		196.985	217.723	237.833	
Despesas Operacionais					
Despesas Administrativas e Comerciais	24	(82.998)	(57.550)	(113.771)	
Honorários dos Administradores	24	(18)	(17)	(493)	
Despesas Tributárias		(2.320)	(2.411)	(2.527)	
Outras Receitas Operacionais	25	3.894	11.206	4.293	
Outras Despesas Operacionais	25	(12.209)	(12.886)	(12.422)	
Lucro Operacional		103.333	156.065	112.913	
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	2.352	(277)	(544)	
Lucro Antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		105.685	155.688	112.370	
Receitas Financeiras	26	16.366	16.171	16.638	
Despesas Financeiras	26	(3.392)	(3.597)	(3.554)	
Variação Cambial Líquida		(2.841)	4.163	(2.989)	
Lucro Antes dos Impostos e das Participações	19	115.817	172.425	122.465	
Corrente		(24.474)	(42.631)	(28.343)	
Diferido		(3.560)	(431)	(3.560)	
Lucro Antes das Participações		87.783	129.363	90.562	
Participações	28	(6.835)	(7.072)	(6.835)	
Lucro Líquido do Exercício		80.948	122.291	83.727	
Lucro Líquido do Exercício por Ação-Em R\$		23.56	22.60	24.37	

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

COFINS. A partir de 1º de janeiro de 2026, terá início a cobrança da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), à alíquota de 0,9%, e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), à alíquota de 0,1%. A Companhia projeta neutralidade tributária imediata nesse exercício, uma vez que a carga da CBS será integralmente compensada pela redução equivalente das alíquotas de PIS e COFINS. Dessa forma, não se espera impacto financeiro relevante nas demonstrações financeiras de 2026. Esse primeiro ano de vigência corresponde à fase inicial de transição do novo sistema tributário, caracterizada por alíquotas reduzidas e mecanismos de ajuste operacional. O período permitirá a adaptação e a validação dos sistemas de apuração, bem como a calibração dos mecanismos de créditos e débitos, sem onerar de forma relevante o fluxo de caixa da Companhia no curto prazo. Todavia, ao longo do período de transição, o ICMS e o ISS serão reduzidos gradualmente até sua extinção em 2033, enquanto o PIS e a COFINS serão progressivamente substituídos pela CBS. Dessa forma, a Administração entende que a nova sistemática tributária poderá gerar impactos relevantes nos exercícios subsequentes, os quais ainda não podem ser mensurados de forma confiável na presente data, em razão das incertezas quanto à regulamentação complementar, às alíquotas definitivas e aos mecanismos de compensação e crédito. A Companhia está conduzindo estudos para avaliar, de forma contínua, os efeitos potenciais da reforma tributária sobre sua carga tributária efetiva, estrutura de custos, formação de preços, margens operacionais e fluxos de caixa. **6.3 Tributação de lucros e dividendos (Lei nº 15.270/2025):** A partir de 2026, passa a ser obrigatória a retenção do Imposto de Renda na fonte à alíquota de 10% sobre lucros e dividendos pagos a pessoas físicas residentes no Brasil, quando o valor mensal ultrapassar R\$ 50, sendo considerado antecipação do IRPF do beneficiário. A Administração está avaliando os impactos dessa alteração na política de distribuição de dividendos da Companhia. **6.4 Redução e os critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária (Lei Complementar nº 224/2025):** Em 26 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que promoveu alterações relevantes na legislação tributária federal, incluindo a modificação de benefícios fiscais relacionados ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, à tributação dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) e a outros regimes especiais. A referida lei alterou o art. 9º da Lei nº 9.249/1995, majorando a alíquota do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o pagamento ou crédito de JCP de 15% para 17,5%, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, reduzindo o benefício fiscal líquido associado a esse instrumento. A Administração está avaliando os impactos dessa alteração sobre sua política de distribuição de resultados e estrutura de capital.

7. Caixas e Equivalentes de Caixas e Aplicações Financeiras

Circulante	Índice de referência	Taxa a.a. %	Controladora		Consolidado
			2025	2024	2024
Caixas e Equivalentes de Caixas			11.684	4.177	15.428
Total			11.684	4.177	15.428

Aplicações Financeiras

			Controladora	Consolidado
Renda Fixa/CDB	CDI	96% a 103%	149.188	48.605
Fundo e CDB Fluxo de Caixa	CDI	50% a 99,45%	369	16.370
Total			149.558	64.975

Não Circulante

			Controladora	Consolidado
Aplicações Financeiras			490	798
PROEX - Banco do Brasil			23	13
Tít. De Capitalização - Garantia Locatícia				23
Total			514	911

As aplicações financeiras não circulante referem-se a títulos de alta liquidez, e não estão sujeitos ao risco de mudança de valor. Possibilitam o resgate imediato, com remuneração até a data da alienação, e, portanto, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Todas as aplicações financeiras estão mensuradas com base no valor justo com os seus efeitos reconhecidos no resultado. O saldo no não circulante corresponde a aplicação PROEX Cambial Fundo de Investimento em Cotas do Banco do Brasil. Este fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado. É destinado exclusivamente a exportadores que necessitem de garantias complementares exigidas pelo Programa de Financiamento às Exportações - PROEX.

8. Contas a Receber de Clientes: Composição das contas a receber de clientes:

	Controladora	Consolidado
Ativo Circulante	2025	2024
Clientes no País	133.317	152.710
Clientes no Exterior	8.347	27.983
Clientes Partes Relacionadas	204	552
(-) Perda esperada de clientes	(71)	(51)
(-) Clientes Venda para Entrega Futura	(122.480)	(39.435)
Total	19.317	141.759

	Controladora	Consolidado
Clientes Contrato de Longo Prazo a Executar (a)	(7.193)	(25.046)
Total do Circulante	12.124	116.714

Não Circulante

	Controladora	Consolidado
Clientes Contratos de Longo Prazo a Executar (a)	223	9.212
Total do Não Circulante	223	9.212

Passivo Circulante

	Controladora	Consolidado
Adiantamento de Clientes (b)	40.626	67.985
Total do Circulante	40.626	67.985

(a) Os direitos contabilizados como "Clientes Contrato de Longo Prazo a Executar" trata-se de receitas contabilizadas com base no esforço econômico de acordo com o disposto na alínea "I" da Política Contábil destas Demonstrações Financeiras. Os contratos de longo prazo "não circulante" são aqueles no qual o prazo de conclusão é superior a 1 (um) ano. Entretanto, estes direitos contabilizados no "circulante" são aqueles cuja realização dar-se-á durante o próximo exercício. A realização destes direitos ocorrerá na emissão do documento fiscal correspondente, no qual acompanhará o envio dos produtos aos sites dos clientes, tais direitos são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica conta a receber de clientes. (b) Na controladora o saldo de R\$ 40.626 (R\$ 67.985 em 2024) refere-se às antecipações de clientes para realização das obras e serviços contratados, para fins de atendimento aos contratos pactuados e garantia da produção de bens e serviços futuros. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas de acordo com a evolução de cada projeto pelo método de percentual de custos incorridos. À medida que a execução destes contratos é faturada incorre fatos permutativos entre contas do grupo de clientes no ativo, que é compensado com valores contabilizados como adiantamento de clientes relacionados aos projetos em questão, no entanto há contratos pactuados com percentual de retenção para compensação no final destes contratos. Composição de clientes por vencimento:

	Controladora	Consolidado
Valores a vencer	2025	2024
até 30 dias	127.328	173.855
entre 31 até 120 dias	8.031	2.407
entre 121 até 365 dias	2.455	984
Acima de 365 dias	1.254	3.693
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(71)	(51)
(-) Clientes Venda para Entrega Futura	(122.480)	(39.435)
Total	(108.111)	(102.823)

9. Estoques:

	Controladora	Consolidado
Circulante	2025	2024
Mercadorias para Revenda	30.155	8.028
Matérias-Primas	38.555	40.359
Materiais de Embalagem e Acondicionamento	136	153
Produtos Intermediários	653	701
Produtos em Processo	9.999	13.051
Produtos em Acabados		445
Ordens de Produção em Andamento	6.979	7.092
Ordens de Serviço em Andamento	8.108	6.679
(-) Ordens de Serviços e Produções em Andamento em Terceiros (a)	(7.297)	(9.133)
Importações em Andamento	2.700	7.292
Material de Armazenado	2.000	1.801
Perda Estimada de estoque	(2.176)	(2.176)
Outros Estoques	3	273
Total	89.815	73.198

(a) Na controladora a rubrica "Ordens de Serviço em Andamento em Terceiros" é uma conta de natureza redutora de estoques utilizada para atender ao critério de reconhecimento do avanço em terceiros. Os valores das matérias-primas enviadas para os terceiros são reconhecidos como custos dos projetos.

10. Tributos a Recuperar/Compensar

	Controladora	Consolidado
Circulante	2025	2024
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias	1.118	1.118
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados (a)	997	1.835
PIS - Programa de Integração Social (a)	1.142	927
COFINS - Contrib Social para Financ da Seguridade Social (a)	6.829	5.819
IRPJ Saldo Negativo	8.420	9.167
CSLL Saldo Negativo	2.362	2.725
Outros	58	81
Total	20.928	10.497

Não Circulante

	Controladora	Consolidado
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias	635	583
Exclusão ICMS Base PIS/COFINS (b)	598	3.212
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados		8.618
Total	1.233	3.795

(a) Os impostos a recuperar são em decorrência das operações da atividade fim. (b) Em 2022, foi deferida a homologação dos créditos relacionados à ação de exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS sobre o faturamento, cujo processo transitou em julgado em 2021. O crédito de R\$ 598 (R\$ 3.212 em 2024) registrado no item "Exclusão do ICMS da Base do PIS/COFINS", refere-se à atualização SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) sobre PIS e COFINS dos períodos em que não houve recolhimento efetivo dessas contribuições. Após aprofundamento jurídico e reanálise do escopo, verificou-se que o objeto da petição inicial se limitava ao pedido à hipótese de não incidência (receitas de exportação). Dessa forma, em 2025, a Companhia procedeu à baixa do valor excedente ao cálculo ajustado na ação, no montante de R\$ 2.635.

11. Depósitos Judiciais:

	Controladora	Consolidado
Ativo Não Circulante	2025	2024
Depósitos Judiciais	1.607	279
Total	1.607	279

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, é amparada por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com suporte dos assessores jurídicos externos.

12. Partes Relacionadas:

	Controladora	Consolidado
Passivo Não Circulante	2025	2024
Total Pessoas Físicas	7.755	6.532

A operação com parte relacionada refere-se a contratos de mútuo, e são atualizadas com base na taxa média de captação, conforme indicador interno da empresa.

13. Investimentos: 13.1 Composição de Investimentos em Controladas

Investida	País	Atividade	Partic. (%)	data de Aquisição	Método de Consolidação	Moeda Funcional
INBRAS Equipamentos Magnéticos e Vibratórios Ltda (a)	Brasil	Fabricação de equipamentos magnéticos e vibratórios para indústrias	100%	04/2025	Integral	Real (BRL)
Bulktech Argentina (b)	Argentina	Equip. de Movimentação de Materiais a Granel	90%	09/2007	Equiv. Patrim.	Peso Argentino (ARS)

(a) Em 30 de abril de 2025, a Companhia adquiriu 100% das quotas da INBRAS Equipamentos Magnéticos e Vibratórios Ltda. ("INBRAS"), pelo valor de R\$ 43.576. A transação foi contabilizada pelo método de aquisição, conforme a NBC TG 15, resultando na identificação de ativos e passivos a valor justo e no reconhecimento de ágio por rentabilidade futura. A tabela abaixo resume a alocação do custo de aquisição baseada em laudo de avaliação elaborado por profissional independente:

Componentes da Aquisição	2025
Patrimônio Líquido Contábil	41.282
(-) Ajustes de Valor Justo (Ativos e Passivos Identificáveis)	(10.832)
Valor Justo dos Ativos Líquidos Adquiridos	30.450
Ágio por Rentabilidade Futura (Goodwill)	13.127
Total da Consideração Transferida	43.576

Os ajustes de valor justo referem-se primordialmente à marcação a mercado de estoques, reconhecimento de perdas estimadas em créditos (PECLD), provisão para contingências identificadas no processo de Due Diligence totalizando (R\$ 14.791) e a identificação do ativo intangível "Carteira de Clientes" no valor de R\$ 3.959, este último com vida útil estimada em 9 anos. O ágio (goodwill) de R\$ 13.127 fundamenta-se na expectativa de rentabilidade futura e sinergias operacionais. Conforme a NBC TG 01, este montante não é amortizado e será submetido anualmente a teste de recuperabilidade (impairment). Nas demonstrações separadas da controladora, o investimento é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (NBC TG 18). (b) A Companhia possui participação de 90% na controlada Bulktech Argentina, sediada em Buenos Aires, a empresa não apresenta, desde o exercício de 2014, as demonstrações financeiras consolidadas amparadas nas exceções da NBC TG 36. A Investida está dormente, por este motivo o resultado de equivalência patrimonial é substancialmente referente aos gastos de manutenção operacional. As variações cambiais decorrentes da conversão são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

13.2 Movimentação dos investimentos em controladas: Em milhares de Reais (exceto outros resultados abrangentes, apresentados em R\$)

	Bulktech Argentina	Outros Investimentos	Total
Saldo em 31/12/2023			95
Perdas do Início do Exercício	(142)		(142)
Aporte de Capital	344		344
Resultado da Equivalência Patrimonial	(377)		(377)
Outros Resultados Abrangentes	19		19
Reclassificação Passivo a Descoberto	176		176
Saldo em 31/12/2024			95

Em milhares de Reais (exceto outros resultados abrangentes, apresentados em R\$)

	Bulktech Argentina	INBRAS	Investimentos	Total
Saldo em 31/12/2024			95	95
Valor de Aquisição		41.282		41.282
Aporte de Capital	1.804			1.805
Ágio por Rentabilidade Futura (Goodwill)		13.127		13.127
(-) Ajustes de Valor Justo (Ativos e Passivos Identificáveis)		(14.791)		(14.791)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(544)	2.896		2.352
Outros Resultados Abrangentes	(3.596)			(3.596)
Reversão de Provisão de Perda	176			176
Reclassificação Passivo a Descoberto	(176)			(176)
Saldo em 31/12/2025	1.257	42.514	95	43.866

14. Imobilizado: 14.1 Composição do ativo imobilizado

	31/12/2025		31/12/2024	
Itens	Taxas de deprec. % a.a.	Valor Líquido	Taxas de deprec. % a.a.	Valor Líquido
Terras		8.891		8.891
Prédios	2%	9.091		9.091
Instalações	10%	6.227		6.227
Máquinas/equipamentos	10% a 25%	35.671	(16.250)	19.420
Móveis e utensílios	10%	6.415	(2.021)	4.394
Veículos	20% a 25%	1.837	(1.023)	814
Equipamentos de informática	20%	10.821	(6.988)	3.833
Outros	10%	19		19
Imobilizações em andamento		6.216		6.216
Saldo no final do exercício		60.978	(26.282)	34.697

	31/12/2025		31/12/2024	
Itens	Taxas de deprec. % a.a.	Valor Líquido	Taxas de deprec. % a.a.	Valor Líquido
Instalações	10%	144	(81)	64
Máquinas/equipamentos	10% a 25%	41.177	(16.828)	24.349
Móveis e utensílios	10%	6.923	(4.998)	1.926
Veículos	20% a 25%	2.300	(1.035)	1.265
Equipamentos de informática	20%	11.434	(7.532)	3.902
Outros	10%	19		19
Imobilizações em andamento		6.252		6.252
Saldo no final do exercício		68.250	(30.474)	37.777

14.2 Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora	Cisão
31/12/2024	30/04/2025	
Terras	8.891	8.891
Prédios	9.091	9.134
Instalações	6.227	904
Máquinas/equipamentos	19.446	(881) (53)
Móveis e utensílios	3.026	185 (145)
Veículos	965	(50)
Equip. de informática	4.430	235 (503)
Outros	25	
Imobiliz. em andamento	3.130	1.777 (68) (1.623)
Total	55.232	2.564

	Controladora	Cisão
01/05/2024	Adições	Transf. (b)
Terras	8.891	(8.891)
Prédios	9.134	(296)
Instalações	6.850	137 (6.487)
Máquinas/equipamentos	19.307	2.596 (2.049) (1.114)
Móveis e utensílios	3.115	723 (345) (72)
Veículos	916	(107) (25)
Equip. de informática	4.206	800 (1.116) (57)
Outros	25	(25)
Imobiliz. em andamento	3.217	9.706 (38) (3.748)
Total	55.662	13.826

(a) Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora aprovou e efetivou a cisão parcial dos imóveis utilizados em suas operações, com a transferência desses ativos para uma holding patrimonial pertencente ao mesmo sócio controlador. A operação teve como base legal a elaboração de laudo de avaliação do patrimônio líquido da Companhia ("Laudo de Avaliação"), em conformidade com a legislação societária aplicável. Foi realizado a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 19.292, que passou de R\$ 52.815 para R\$ 33.523, como consequente cancelamento de 1.976.920 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; a transferência de R\$ 6.654 da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial e R\$ 3.650 da conta de Reservas de Lucros, por consequente reversão dos impostos diferidos destes ativos. A operação foi realizada no contexto de reorganização societária e patrimonial, com o objetivo de segregá-la juridicamente a atividade operacional da propriedade imobiliária, promover maior eficiência na gestão patrimonial e fortalecer a estrutura de capital do grupo. (b) Entre março de 2025 e dezembro de 2025, a Companhia realizou um inventário físico completo de seu ativo imobilizado, com objetivo de conciliar os registros contábeis com a existência física dos bens, revisar vida útil econômica e valores residuais. O trabalho foi conduzido por empresa especializada, responsável também pela elaboração do laudo técnico. Como resultado do inventário, foram identificados bens não localizados, os quais foram devidamente baixados do ativo imobilizado, em conformidade com o CPC 27, com consequente elaboração de laudo de valor justo e teste de recuperabilidade (impairment), conforme CPC 01. Os testes indicaram que não houve necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

15. Intangível: 15.1 Composição do ativo intangível

	31/12/2025		31/12/2024	
Itens	Taxas de deprec. % a.a.	Valor Líquido	Taxas de deprec. % a.a.	Valor Líquido
Sistemas aplicativos (software)	20%	4.396	(3.722)	674
Desenvolvimento de Novos Produtos	20% a 33%	24.451	(12.871)	11.580
Marcas e patentes	10%	386	(194)	192
Mais Valia Carteira de Clientes	11%	3.959		3.959
Intangíveis em Andamento		10.554		10.554
Saldo no final do exercício		43.745	(16.788)</	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
Contingências Cíveis.....	755	655	755
Contingências Trabalhistas.....	2.012	1.964	3.680
Contingências Tributárias.....	2.114	210	2.114
Provisões para Perdas em Controlada.....		176	
Outras Contingências.....	2.285	10.178	2.285
	7.166	13.183	8.834
21.2 Provisões Possíveis: Fundamentado na opinião dos nossos consultores jurídicos e avaliação da Administração, os processos a seguir são classificados como possíveis, portanto, não devem ser reconhecidas, os valores destas contingências correspondem a:			
	Controladora	Consolidado	
	2025	2024	2025
Contingências Cíveis.....	3.048	2.793	3.048
Contingências Trabalhistas.....	3.407	3.264	5.996
Contingências Tributárias.....	61.331	32.983	61.331
	67.786	39.040	70.374
22. Patrimônio Líquido: 22.1 Capital Social: O capital social é de R\$ 33.523 (R\$ 52.815 em 2024) subscrito e integralizado, representado por ações, dividido em 3.435.196 (5.412.116 em 2024) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, mais informações vide nota 14.2 (b). 22.2 Reserva de Lucros: Reserva Legal: É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art.193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva constituída é apresentada conforme composição a seguir:			
Constituição da Reserva Legal	2025	2024	
Lucro Líquido do Exercício.....	80.948	122.291	
Capital Social.....	33.523	52.815	
Capital Social.....		20%	
Limite da Reserva Legal.....	6.705	10.563	
Reserva Legal do Exercício.....		4.792	
Reserva Legal dos Exercícios Anteriores.....		5.771	
Reserva Legal Constituída	6.705	10.563	
Reserva de Retenção de Lucros: Constituída pela apropriação de lucros da Companhia, de acordo com o § 4º do art. 182 da Lei 6.404/76 para posterior distribuição aos acionistas conforme aprovação em ata. Reserva para Investimentos e Capital de Giro: É composta pela parcela de lucros não distribuídas aos acionistas. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização e ou pagamento de dividendos e juros sobre o capital. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do Lucro Líquido do Exercício, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Podendo, conforme previsto no Estatuto Social e na legislação societária aplicável, deliberar pela distribuição de dividendos intermediários e intercalares, bem como pela redução, postergação ou retenção total dos lucros, quando aplicável. Em 30 de abril de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária (AGO) que aprovou a destinação do resultado do exercício de 2024, no montante de R\$ 22.260 a título de dividendos/Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e em 22 de dezembro de 2025, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) que aprovou, no curso do exercício, a destinação adicional de R\$ 131.456 a título de dividendos/JCP. Dessa forma, no exercício social, a Companhia aprovou a distribuição total de R\$ 153.716 (R\$ 43.113 em 2024), apurados em conformidade com a Lei nº 9.249/95. Os valores reconhecidos foram registrados no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo estimado de liquidação, em contrapartida ao patrimônio líquido, em atendimento ao CPC 25 / IAS 10, em 31 de dezembro de 2025 o saldo a			
	Controladora	Consolidado	
	2025	2024	2025
Venda de Produtos e Serviços Mercado Interno.....	677.488	738.637	751.196
Venda de Produtos e Serviços Mercado Externo.....	7.529	69.791	8.158
Deduções			
Impostos, Devoluções e Abatimentos.....	(63.414)	(81.680)	(76.537)
Receita Líquida	621.604	726.748	682.817
24. Despesas Operacionais por Natureza e Função: Natureza da Despesa	Controladora	Consolidado	
	2025	2024	2025
Matérias-Primas, Materiais de Uso e Consumo, Mão-de-obra e Serviços.....	(471.355)	(530.287)	(522.670)
Ociosidade Fabril.....	(25.784)	(28.532)	(25.784)
Depreciação e Amortização.....	(10.496)	(7.773)	(10.814)
Total	(507.635)	(566.592)	(559.269)
Função da Despesa			
Custo Com Produtos e Serviços Vendidos.....	(424.619)	(509.025)	(445.005)
Despesas Administrativas e Comerciais.....	(82.998)	(57.550)	(113.771)
Honorários dos Administradores.....	(18)	(17)	(493)
Total	(507.635)	(566.592)	(559.269)

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **TMSA – TECNOLOGIA EM MOVIMENTAÇÃO S.A.** Porto Alegre/RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **TMSA – TECNOLOGIA EM MOVIMENTAÇÃO S.A.** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TMSA – TECNOLOGIA EM MOVIMENTAÇÃO S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião é sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria


	Controladora		Consolidado
	2025	2024	2025
25. Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas: Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas			
Baixa por Prescrição de Créditos.....	(2.635)	(5.318)	(2.635)
Provisão Processo Tributário/Cível/Acordo Extrajudicial.....	(2.306)		(2.306)
Impostos Não Recuperáveis.....	(1.080)	(1.525)	(1.080)
Gainho/Perda na Alienação de Ativos Imobilizados.....	(778)	514	(778)
Gainho/Perda na Alienação de Ativos Intangíveis.....	(4.342)	(4.685)	(4.342)
Receita na venda de sucata líquida.....	1.531	2.089	1.531
Bonificações/Garantias e Indenizações Recebidas.....	1.150	5.827	1.481
Recuperações Fiscais.....	6	470	6
Outras Receitas/Despesas.....	138	948	(7)
Total	(8.316)	(1.680)	(8.108)
Outras Receitas Operacionais.....	3.894	11.206	4.314
Outras Despesas Operacionais.....	(12.209)	(12.886)	(12.422)
Total	(8.316)	(1.680)	(8.108)
26. Resultado Financeiro: É composto por:			
Receitas	Controladora	Consolidado	
	2025	2024	2025
Juros Aplicação Financeira.....	14.952	11.386	15.066
Atualização de tributos.....	37	461	193
Juros Sobre Contas a Receber.....	1.056	3.681	1.042
Atualização Monetária Ativa.....	66	131	66
Outros.....	255	512	271
Total das receitas	16.366	16.171	16.638
Despesas			
Juros Sobre Empréstimos.....	(2.428)	(2.969)	(2.447)
Descontos Concedidos.....	(78)	(166)	(158)
Taxas e Comissões de Adm. Bancária.....	(295)	(161)	(322)
Atualização Monetária Passiva.....	(544)	(105)	(544)
Outros.....	(48)	(196)	(83)
Total das despesas	(3.392)	(3.597)	(3.554)
Resultado Financeiro Líquido	12.974	12.575	13.085
27. Seguros: A Companhia mantém contratos de seguros com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre os seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:			
	Controladora	Consolidado	
	2025	2024	2025
Seguro Vida em Grupo.....	18.871	12.665	18.871
RC Executivos D&O.....	15.000	15.000	15.000
Responsabilidade Civil Geral.....	30.000	30.000	30.000
RC Profissional e o E&O.....	10.000	10.000	10.000
Cobertura Total	181.671	206.081	181.671

28. Programa de Participação no Resultado: A participação foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação no Resultado homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, sendo vinculada ao alcance de metas operacionais. Porto Alegre, 11 de março de 2026.

Mathias Elter - Diretor-Presidente - CPF 403.808.740-91
Deise Cezar dos Santos - Contadora CRC/RS 069.791/0

BakerTilly Viviane Barcelos Cangussu Machado
 Contadora – CRCRS nº 68.068
Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
 CRCRS nº 006706/0 - CVM 12.360 - CNAIPJ 000023

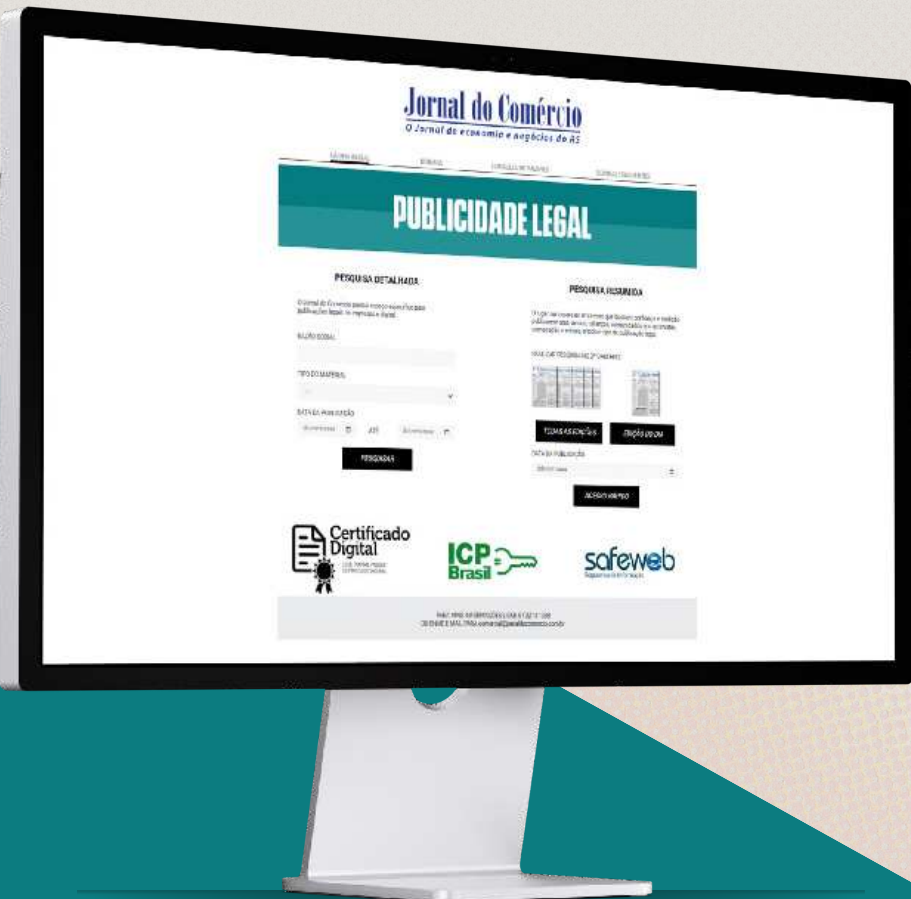
Sérgio Laurimar Fioravanti
 Contador – CRCRS nº 48.601



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA S/A CUTELARIA CNPJ nº 90.050.238/0001-14 - NIRE 43300005071 Carlos Barbosa – RS

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – 1. DATA, HORA E LOCAL: Dia 29 de abril de 2026, às 10h00min (dez horas), na sede social da empresa, sita na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, Bairro Triângulo, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95-185-000. **2. PARTICIPANTES:** Compareceram acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do total do capital social com direito a voto, conforme Livro de Presenças de Acionistas. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, o Sr. **Alessandro Spiller**; e Secretário, o Sr. **Jonathan Piva de Almeida**. **4. PUBLICAÇÕES LEGAIS:** No Jornal do Comércio Impresso (JC-I), no "Segundo Caderno" e no Jornal do Comércio Digital (JC-D, Lei número 13.828 de 2019, com acesso <https://www.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/>), no "Caderno Publicidade Legal", sendo a) **Aviso aos Acionistas/2026** não foi publicado considerando que o b) **Balanco Patrimonial/2025** o foi no dia 16/03/2026, em tempo hábil, na forma da lei, sendo no JC-I à pág. 04 e no JC-D à pág. 07; e, o c) **Edital de Convocação aos Acionistas** nas edições de 16/04/2026, 17/04/2026 e 20/04/2026, sendo, na versão digital, respectivamente, às págs. 17, 10 e 8, e, na versão impressa, respectivamente, às págs. 4, 1 e 3. **5. LEITURA DE DOCUMENTOS, RECEBIMENTO DE VOTOS E LAVRATURA DA ATA:** 1. Dispensada a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta Assembleia Geral, uma vez que o seu conteúdo é do inteiro conhecimento dos acionistas; 2. As declarações de voto, protestos e dissidências, porventura apresentadas, serão recebidas, numeradas e autenticadas pela Mesa e ficarão arquivadas na sede da Companhia, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei 6.404/76; e 3. Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e a sua publicação com omissão das assinaturas da totalidade dos acionistas, nos termos do artigo 130, §1º e 2º, da Lei 6.404/76, respectivamente. **6. ORDEM DO DIA:** 1. **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 1.2. Destinar o resultado do exercício social de 2025; 1.3. Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; 2. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e 2.2. Sua consequente alteração estatutária. **7. DELIBERAÇÕES E APROVAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, bem como do material relacionado, que fica arquivado na sede da Companhia, os acionistas, deliberando por unanimidade dos presentes: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 7.1.1) Aprovaram as contas dos administradores e todos os seus atos administrativos, acompanhadas do Relatório da Auditoria Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A deliberação levou em conta a recomendação prévia do Conselho de Administração, expressa em ata própria, devidamente arquivada na Companhia e de uso exclusivo interno, realizada na reunião de 24 de abril de 2026. 7.1.2) Aprovaram a proposta da administração de destinação do lucro líquido do exercício que, após a constituição da reserva legal e da provisão para distribuição do dividendo mínimo obrigatório, resultou na importância de R\$ 190.347.263,15, o qual, somado ao saldo do exercício anterior, resulta em R\$ 559.380.732,11 e que consta no Balanço Patrimonial na conta Saldo à disposição da Assembleia, que por não haver distribuição de dividendos será somado à reversão da provisão para dividendo mínimo no valor de R\$ 3.884.638,02, totalizando nesta conta o valor de R\$ 563.265.370,13. a) com a distribuição de dividendos deliberada pela AGE de 17/09/2025 no valor de R\$ 170.000.000,00 e o aumento do capital realizado pela AGE de 30/01/2026 no valor de R\$ 429.000.000,00 (com saldo da conta Reserva Legal e parte do Saldo à Disposição da Assembleia), a conta "Saldo à Disposição da Assembleia" no valor de R\$ 4.368.248,25, continuará nessa mesma conta e sua destinação será deliberada por uma nova assembleia oportunamente. 7.1.3) Tendo sido apresentada declaração de renúncia às suas remunerações por todos os Conselheiros de Administração, em declaração apartada de 24 de abril de 2026, na qual abdicam do recebimento de seus honorários; em ato contínuo, a Assembleia aprovou, por unanimidade, a remuneração global da Diretoria, na importância de até R\$ 375.000,00 mensais. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 7.2.1) Aprovaram a inclusão, no objeto social da Companhia, das atividades de: testes e análises técnicas (testes e análises laboratoriais) CNAE 7120-1/00; Serviços de Engenharia CNAE 7112-0/00; Serviço de tratamento e revestimento de metais CNAE 2539-0/02; e geração de energia elétrica CNAE 3511-5/01. 7.2.2) Em decorrência da deliberação acima, aprovar a alteração do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 3º – O objeto social da Companhia é a exploração da indústria metalúrgica; a fabricação e o comércio atacadista e varejista, a importação e exportação de cutelarias, utilidades domésticas em geral, ferramentas agrícolas, materiais de pesca; demais artigos ligados ao ramo; equipamentos de execução automática de áudio, vídeo e outros, inclusive jukeboxes; produção de laminados de alumínio; coleta de resíduos perigosos; tratamento e disposição de resíduos perigosos; tratamento e disposição de resíduos não perigosos; comércio atacadista de resíduos de papel e papelão; comércio atacadista de resíduos e sucatas não metálicos, exceto de papel e papelão; comércio atacadista de resíduos e sucatas; comércio atacadista e varejista de produtos de limpeza e higiene doméstica; revenda de produtos de terceiros; a reciclagem de materiais; reflorestamentos; testes e análises técnicas (testes e análises laboratoriais); serviços de engenharia; serviço de tratamento e revestimento de metais; e geração de energia elétrica. Parágrafo Único – A Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, poderá participar no capital social de outras sociedades ou consórcio de empresas.** **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, da qual se lavrou ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas presentes à Assembleia, os quais declaram, para todos os fins legais, estarem cientes das matérias deliberadas. Carlos Barbosa, RS, em 29 de abril de 2026. (Ass.) Alessandro Spiller – Presidente; Jonathan Piva de Almeida – Secretário; p/TRAMONTINA S/A., Alessandro Spiller – OAB/RS 37.848; p/DTL Participações Ltda, Jonathan Piva de Almeida – OAB/RS 82.31; p/ Ampar Empreendimentos e Participações Ltda., Gabriel Heineck de Carvalho - OAB/RS 132.099; p/N3PAR Ltda., Gustavo Stenzel Sanseverino – OAB/RS 102.193. **9. AUTENTICAÇÃO:** A presente ata é cópia fiel da ata transcrita no Livro próprio. Alessandro Spiller – Presidente; Jonathan Piva de Almeida – Secretário. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 11756017 em 14/05/2026 de TRAMONTINA S.A. CUTELARIA, CNPJ 90050238000114 e protocolo 261862201 de 12/05/2026. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.



PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Tradição / Credibilidade / Tecnologia

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS



Acesse o QR Code e anuncie no JC